

## SUPERAÇÃO DA POBREZA: O DESENVOLVIMENTO LOCAL COMO ESTRATÉGIA NA BUSCA DA SUSTENTABILIDADE

Adriane Vieira Ferrarini<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O descompasso entre crescimento econômico e desenvolvimento social gera o aumento da pobreza e mobiliza todos os setores da sociedade na busca de alternativas para combatê-la. Dada a dimensão estrutural e multidimensional da pobreza no Brasil, tais esforços têm possibilitado melhora expressiva nos indicadores sociais, mas ainda predominam ações fragmentadas, compensatórias e insuficientes. Neste trabalho, sugere-se pensar ações de superação da pobreza como ações de desenvolvimento capazes de promover auto-sustentação e autonomia da população excluída. O desenvolvimento local integrado e sustentável é apresentado como uma estratégia a ser utilizada em programas e políticas setoriais em contextos de pobreza, pois possibilita a ativação de potencialidades locais, a participação da população como co-gestora através do uso de metodologias participativas e a articulação de ações multidimensionais no território.

**Palavras-chave:** superação da pobreza – desenvolvimento local – sustentabilidade.

Este artigo é fruto da pesquisa de doutorado em Sociologia realizado na Universidade Federal de Rio Grande do Sul, cujo tema trata da possibilidade de construção de políticas emancipatórias de superação da pobreza. O objetivo da tese centra-se no conhecimento de fundamentos e procedimentos de políticas emancipatórias voltadas para a superação da pobreza e da exclusão social, analisando as possibilidades e limites de sua implementação. Atribuímos caráter emancipatório à política em que, após a alocação de recursos materiais, humanos e técnicos, a população envolvida consegue adquirir maior autonomia, expressa em um conjunto de ações, tais como: participação em espaços políticos, gestão de empreendimentos econômicos com sustentabilidade, ampliação das redes comunitárias, busca de novas parcerias e investimentos na comunidade, entre outros.

---

<sup>1</sup> A autora é assistente social, mestre em Serviço Social pela PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e doutora em Sociologia na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNISINOS.

A superação da pobreza é tema que tem mobilizado amplos setores da sociedade nas últimas décadas. As práticas sociais contam hoje, além do Estado, com o envolvimento e protagonismo de outros atores sociais, como organizações não-governamentais (atuantes desde a esfera local até global), empresas e a sociedade civil em geral. Em nível global, os países centrais ampliaram as ajudas humanitárias e as doações aos países periféricos. No Brasil, as políticas sociais aumentaram sua cobertura e inovaram através de programas de transferência de renda a expressivas parcelas da população, da territorialidade como critério<sup>2</sup> e da emancipação como finalidade.

Contudo, constata-se que os avanços nas proposições e formulações das políticas e programas, na prática, não conseguem promover maior integração nas ações e efetividade dos resultados em âmbito local frente às reais e complexas demandas das comunidades.

Para assistentes sociais familiarizados com estudos e com intervenção social em comunidades que vivem em situação de pobreza, é fácil perceber evidências dessa constatação no contexto comunitário e nas políticas sociais, conforme pode ser identificado no quadro abaixo.

	Comunidade	Políticas e programas	Limitações para sustentabilidade
Interdimensionalidade/ Intersetorialidade	A pobreza é multidimensional: econômica, social, política, cultural e ambiental.	Pretendem a integração, mas são planejadas e operadas isoladamente, com disputas por recursos ou indicadores de resultados. Os processos de integração costumam restringir-se a ações pontuais.	Dificuldades de ativar recursos multidimensionais, tanto dos indivíduos ou grupos assistidos, quanto das organizações sociais e econômicas locais.
Participação/ Protagonismo popular	<i>Déficit</i> de participação popular, uma cultura política forjada por longo período de história brasileira de políticas autoritárias, paternalistas e insuficientes.	Precisam ter critérios claros e contra-partidas definidas a partir da focalização. Além disso, a quantidade e complexidade das demandas são maiores do que as possibilidades técnicas e humanas para uma atuação voltada ao fortalecimento dos usuários.	A população em geral insere-se nos programas caso atenda aos critérios de risco e vulnerabilidade definidos por cada área, num tipo de participação mais voltada para a recepção do recurso e não como sujeito ativo na definição de prioridades e no planejamento e gestão.
Impacto	A pobreza é estrutural e as condições precárias exigem ações de impacto econômico, social e ambiental capazes de	Possuem prazos estipulados para acompanhamento e repasse de recursos. Ademais, é comum a extinção ou completa transformação dos programas a cada troca de	Costumam ser paliativos e compensatórios, sem conseguir atingir sustentabilidade após a alocação dos recursos financeiros, humanos e

<sup>2</sup> Podemos citar três exemplos: Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Programa Saúde da Família (PSF) da política de saúde e o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), da educação.

	minimamente garantir trabalho, renda, educação, saneamento básico e segurança.	governo, gerando interrupção nos processos desencadeados.	materiais.
--	--	---	------------

A superação emancipatória da pobreza requer o reconhecimento da dimensão estrutural e do caráter multidimensional da produção da pobreza, assim como de suas formas de superação. Políticas compensatórias são imprescindíveis para amenizar as expressões da questão social, mas precisam estar conectadas com uma concepção e com procedimentos capazes de atribuir sustentabilidade às ações.

Se a pobreza decorre de um modelo de desenvolvimento, sua superação efetiva também exige ações voltadas para a ativação de recursos endógenos da população ou comunidade envolvida a fim de desencadear processos pró-ativos de uma outra forma de desenvolvimento, mais sustentável e inclusivo, ao invés da promoção de resultados meramente reativos ao processo de exclusão e pobreza. Tal ativação só é possível com participação efetiva da população e com melhoria dos recursos locais.

A busca por referenciais compatíveis que tal necessidade conduziu a pesquisa ao tema do desenvolvimento local integrado e sustentável, cuja concepção e metodologia mostram-se potencialmente capazes de articular e otimizar diferentes programas e políticas desenvolvidos em determinada comunidade com ativação do protagonismo local e com maior possibilidade de geração de impactos multidimensionais.

O objeto empírico da pesquisa foi o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PIRAD), coordenado pela METROPLAN (Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional do Rio Grande do Sul) e executado pela parceria com a GTZ (Sociedade de Cooperação Alemã) e com a REFAP (Refinaria Alberto Pasqualini – Petrobrás). O objetivo inicial do PIRAD era recuperar urbana e ambientalmente áreas degradadas dentro da política de planejamento urbano estadual, mas ele permitiu a promoção de processos considerados sustentáveis na superação da pobreza através de sua concepção integrada, participativa e territorializada. Daí nosso interesse em aprofundar o conhecimento sobre limites e possibilidades desse programa, que no nosso entendimento pode ser expandido e utilizado pelo conjunto das políticas públicas, concentrando-se no critério de território e não de setorialidade na perspectiva do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Para tanto, inicialmente foi feito um levantamento acerca do PIRAD: sua história, concepções norteadoras, implementação e implantação, levando em consideração os dilemas e os avanços relatados pelos entrevistados, bem como um estudo de caso numa das comunidades envolvidas, o Bairro Guajuviras em Canoas (RS). O PIRAD teve a curta duração de um governo, pois foi extinto com a troca de partido político na gestão estadual do RS em 2003, o que de imediato se apresentou como um

limite estrutural das políticas públicas de difícil superação, mesmo em ações que tentam atribuir maior poder à população local nos processos executivos e decisórios como forma de garantir continuidade dos programas. Apesar do pequeno período de execução, que de fato se restringiu a menos de três anos, o PIRAD utilizou-se da experiência de doze anos de atuação do Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda (PRORENDA), de quem foi herdeiro, o qual teve ampla aplicação do Rio Grande do Sul, também executado pela parceria da METROPLAN com a GTZ.

A primeira característica fundamental diferente PIRAD foi a utilização de metodologias participativas para fomentar a participação efetiva da população desde o planejamento das ações a serem desenvolvidas em determinada comunidade e não apenas na execução.

Nós não fazemos nada por ninguém. Fazer e dar pronto não é valorizado. Se a prefeitura vem com um caminhão para limpar a área, chamamos todos para fazer um mutirão e ajudar; assim, depois todos vão ajudar a manter limpo (técnico 1).

O uso de metodologias participativas geralmente produz grandes alterações nas organizações. Segundo relato de um dos funcionários da METROPLAN, executor do PIRAD, o Programa sofreu resistência interna por parte de técnicos porque aquela Fundação atuava na área de planejamento e já tinha um perfil de trabalho neste campo. A contratação de profissional para elaborar um diagnóstico é muito mais fácil, rápida e geralmente menos onerosa, porém, ninguém tira o saber que a população adquire a partir do momento em que ela se reúne para identificar, analisar e compreender suas próprias demandas.

Apesar de haver recursos e intenção dos agentes em desenvolver o trabalho, as comunidades aderiam de forma voluntária.

Eu interferi na formação de lideranças, mobilização, organização. Fiquei especialista em apresentar o projeto. Se a comunidade se interessava, se começava a fazer a formação. Primeiro, começamos a montar a formação com eles. Quando eu chegava na comunidade, identificava as lideranças, não as políticas, mas o padre, ex-presidiários, as 'lideranças negativas' também. Mapeava para chegar com o carro, não ter tiroteio (técnico 8).

O começo do trabalho pelas lideranças permite aproveitar a riqueza social existente na comunidade; trata-se de considerar a história e fortalecer o que já existe. O risco, porém, é a restrição da participação de grupos excluídos, tanto pelas relações de poder das lideranças que, geralmente bem intencionadas, acumulam tarefas, saberes e recursos para si e acabam configurando um tipo de elite dentro da comunidade, quanto pela apatia da população em geral.

De acordo com dados que obtivemos nas entrevistas com agentes executores do PIRAD, os moradores tinham tripla jornada: a primeira jornada era a da formação de lideranças. A seleção das

pessoas era feita através do Núcleo Comunitário de Desenvolvimento que se reunia de maneira informal para, posteriormente, assumir identidade jurídica própria e maior autonomia de ação no programa.

As pessoas que tinham atividades dentro do Núcleo convidavam outros moradores com potencial para o trabalho comunitário, com vistas a aflorar a liderança que cada um tem dentro de si (entrevistado 6).

Os cursos de capacitação eram previstos em três módulos: o primeiro era sobre a função e o comportamento de lideranças (refletir seu papel na comunidade); o segundo visava capacitar as lideranças para o aprofundamento do trabalho participativo em grupo e o terceiro voltado ao desenvolvimento local de alguma atividade econômica. Para tanto, iniciou-se nas áreas-piloto: em Canoas (Bairro Guajuviras) e em Alvorada. Os cursos foram montados e aperfeiçoados pelos técnicos e formadores ao longo dos anos, desde 1994 até 1998, em primeiro lugar, com relação ao conteúdo:

Tínhamos críticas pela formação muito simplista, técnica, que ficava muito na formação do indivíduo, não era trabalhado que tinha que focar no coletivo. Tinha feudos, na comunidade, pela formação de um indivíduo que se sobressaía e não havia mecanismos para eles se reunirem. O indivíduo falava por ele, e não pelo grupo. Outra coisa é uma forma muito simplista de gerar renda, acaba sendo a sobrevivência com dificuldades. A maioria da população vive em situação de pobreza, é preciso superar a exclusão total dos que estão abaixo da linha da pobreza, para se ter dignidade. Não se trata nem de superar, mas de garantir acesso básico, a melhoria da auto-estima (técnico 7).

A didática também foi aperfeiçoada:

Não adiantava chegar na comunidade que trabalhava o dia todo com conteúdos teóricos, densos. Por isso, organizou-se um conjunto de dinâmicas grupais. Todo o trabalho era um conjunto de dinâmicas de quatro horas e depois se fazia uma reflexão sobre qual era o papel da liderança e do grupo. Também se trabalhava com o planejamento, a importância das pessoas planejarem sua ação para não ficarem sobrecarregadas e terem seu reconhecimento. Também a comunicação para que os outros o entendessem. Para a comunicação se trabalhava com técnicas de moderação e de visualização, com as tarjetas. Há estudos que mostram que as pessoas só absorvem 10% do que ouvem. De forma visual, absorvem de 30% a 35%. Se fala, discute, vivencia, visualiza, chega até 40% (técnico 6).

O acompanhamento às lideranças no processo de capacitação e formação dos Núcleos se dava através de reuniões semanais. A segunda jornada era a da formalização do Núcleo,

mas havia disputa muito grande entre eles, entre o grupo e pelas prioridades. Como eu conhecia bem a região, entrei para contribuir na formação de núcleos. Eu procurava a associação de moradores e apresentava o Programa. Cada núcleo era formado no mínimo por dez associações de moradores (técnico 8).

Nessa etapa era feito o diagnóstico das comunidades através do Diagnóstico Rápido Urbano Econômico Participativo (DRUEP). O diagnóstico foi sofrendo adaptações desde o PRORENDA, tanto na metodologia em si quanto na forma de aplicação.

O grupo de arquitetos achava que tinha que ter um entendimento de tudo, tinha que se fazer um grande levantamento, um diagnóstico muito extenso. Anos depois vimos que não era necessário, que uma amostra já era suficiente, isso ainda no PRORENDA (técnico 9).

Os técnicos instrumentalizam a população para que ela faça seu próprio diagnóstico através de metodologias de diagnósticos rápidos urbanos participativos<sup>3</sup>.

Ficava difícil, mas para nós era muito importante este trabalho da comunidade, este interesse, este envolvimento através dos Núcleos de Desenvolvimento Comunitários. No Núcleo tinha, desde a Igreja até o clube de futebol, e estão mobilizados até hoje (técnico 8).

O DRUEP era composto por várias técnicas. Uma delas era o “mapa falante”, um conjunto de fotografias de áreas degradadas do bairro e de situações consideradas problemáticas, as quais necessitavam de intervenção. Outra técnica consistia de entrevistas com uma amostra de moradores do bairro através de visitas domiciliares a partir de pré-roteiro com perguntas abertas e fechadas. Após o trabalho de campo, as pessoas voltavam para o “QG”, conforme designado (em alusão a quartel general, usado popularmente como gíria), elaboravam o diagnóstico preliminar em parceria com os técnicos e já davam o primeiro retorno para os moradores entrevistados, que já haviam sido comunicados e convidados a participar. Essa era uma estratégia que tinha por objetivo evitar que instituições utilizassem a comunidade como objeto de conhecimento, sem que ela se percebesse como sujeito desse saber.

Após o diagnóstico, as prioridades eram definidas, sistematizadas no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) – segunda jornada de trabalho dos moradores - o qual apontava as melhorias físicas e sociais necessárias e encaminhava para as respectivas secretarias e órgãos de execução. Representantes das entidades executoras já estavam articulados com o PIRAD, viam a possibilidade de priorizar as necessidades do PDLI dentro dos recursos já disponíveis, definiam o que podia ser feito e davam resposta rápida à comunidade.

---

<sup>3</sup> Foram sendo experimentadas e melhoradas ao longo dos anos, tendo sido utilizadas como DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), DRUP (Diagnóstico Rápido Urbano Participativo) e finalmente DRUEP (Diagnóstico Rápido Urbano Econômico Participativo).

A terceira jornada era a da organização comunitária para a busca de recursos no orçamento participativo com vistas à ampliação das melhorias feitas, ao atendimento de demandas que não puderam ser executadas ou à viabilização de propostas inovadoras, sendo a disputa por projeto a maior dificuldade.

As pessoas lembram, eles chegavam através do DRUEP, iam para a comunidade com os questionários. Nem sempre eles aceitavam que a prioridade era a da comunidade (técnico 8).

Na definição de prioridades,

o que mais empolgou a comunidade foi a ação de trabalho e renda e depois o meio ambiente. A educação ambiental teve sucesso porque pegou as escolas. Tem uma série de obras feitas, mas a maior é a conscientização da comunidade (técnico 8).

Ao final, conseguiram três milhões no orçamento participativo.

Hoje tem galpão, prédios de formação, incubadora...(técnico 7).

A formação de agentes de desenvolvimento foi outro processo fundamental e tinha o objetivo de tornar agentes comunitários em técnicos multiplicadores. Os critérios da GTZ para contratação dos agentes era a vinculação com o PIRAD e o fato de serem moradores da comunidade.

A articulação com as organizações públicas, privadas e sociedade civil ocorreu de acordo com a realidade de cada região e município. A instância privilegiada de articulação eram os fóruns regionais. A articulação foi complexa, pois havia intercruzamento entre esferas distintas (comunitária, municipal e regional) e entre diferentes atores sociais (primeiro, segundo e terceiro setor).

No Bairro Guajuviras, comunidade pesquisada, segundo relatos de lideranças, a associação de moradores teve um papel fundamental no trabalho da METROPLAN. No início, as lideranças se encarregaram de buscar pessoas interessadas em participação da capacitação, vivenciando limite e conquistas na busca pela participação;

Eu não sei se é o capitalismo que tá na cabeça das pessoas. A gente vai convidar, a primeira coisa que perguntam é: Ganha alguma coisa? Tem que não pensar neste lado, tem que se doar. Mesmo que tenha dificuldade e necessidade, um dia chega (morador 1).

O DRUEP foi executado por um grupo de dezoito pessoas e foi feito o diagnóstico de todo o Bairro Guajuviras, das áreas degradadas e das áreas ocupadas:

Iniciamos em 99 o curso de agentes comunitários pela GTZ e METROPLAN onde a gente fez o diagnóstico das várias áreas, social, econômica e ambiental, também, né, trabalhar os três eixos e fazer com que realmente tivesses uma política de

conscientização para o meio ambiente, uma política de conscientização para o trabalho e renda, um atendimento para zonas mais carentes e que a gente pudesse fazer um diagnóstico e ver qual era a situação atual do nosso bairro principalmente (morador 3).

O grupo se dividiu em duplas que foram às moradias selecionadas. A primeira técnica consistia em fotografar os problemas identificados.

A gente fez um mapa falante e viu que ainda tem áreas muito precárias, as pessoas têm necessidades mesmo e têm dificuldades de se deslocarem de lá também. Às vezes, pela própria dificuldade, elas ficam acomodadas e, como a sociedade, elas pensam mais no paternalismo, nas doações. Então, tem que ter um modo que as pessoas possam ter uma melhor educação para poder viver, nem digo sobreviver, porque tem que viver mesmo, né, não é sobrevivência, não (morador1).

Posteriormente, as duplas aplicaram o questionário.

Naquele trabalho de pesquisa a gente descobriu muita coisa interessante. Se tirou foto, se fez todo um relatório disso, dos problemas, dos buracos, do lixo, da questão do transporte, tudo. Então, ela foi muito ampla e muito interessante e não se gastou dinheiro porque nós mesmos, cada um, pegou 20 pesquisas e fazia no seu setor. Aquilo para mim foi uma coisa muito inovadora. E outra, a gente chegou a algumas conclusões, a gente viu que girava muito em torno da geração de renda, que as pessoas às vezes não tinham renda nenhuma (morador 3)...

A geração de trabalho e renda foi o que mais mobilizou interesse, gerando iniciativas de desenvolvimento econômico local, tal com a criação de grupos de trabalho e a implantação de clube de trocas solidárias com moeda local, os “troca-troca solidários”.

Se você chama os moradores para vir discutir sobre um determinado tema, eles não vão porque hoje a preocupação deles é outra e a gente via tudo, avaliou tudo. Com a questão do troca-troca, que foi uma das coisas que a gente achou que era possível, tu reunia um monte de gente, era uma coisa aberta, tu proporcionava várias coisas numa comunidade, que as pessoas participassem, que as pessoas produzissem, que as pessoas fossem e ali era um espaço onde tu passaria "n" informações, nós fizemos oficina, etc (morador 2).

No Bairro Guajuviras, pode-se destacar as seguintes realizações: implantação do primeiro clube de trocas solidárias do Rio Grande do Sul, construção de galpão de reciclagem, criação de cooperativas e associações, participação no Orçamento Participativo Estadual e em conselhos de políticas públicas.

O galpão de reciclagem

hoje já ampliou os objetivos, é integração da comunidade, agregar valor aos materiais, resíduos sólidos. Já temos trabalho na parte social que possa conscientizar a população do meio ambiente, despertar o jovem para o mercado de trabalho, já mudou um pouco (...) e a visão também de todos que fazem parte da comunidade e também a gente vê que os grupos de geração de trabalho e renda foram discutindo dentro dessa metodologia que foi aplicada que eles podiam ser autogestionários, que podiam ser autônomos, ter uma casa que pudessem comercializar o produto, fabricar seu produto.

Dali surgiram várias idéias que a gente pode aproveitar, com o auxílio da METROPLAN, da GTZ, a gente teve condições de fazer despertar essas idéias novas na comunidade (morador 3).

As lideranças continuaram se fortalecendo e crescendo, conforme fala de liderança comunitária;

Mudamos a estratégia e fizemos um projeto de todos os grupos do Guajuviras e fomos bater de porta em porta das entidades. E foi isso que deu certo, tinha mais grupos também; nós reunimos: artesanato, as promotoras legais populares, os dois clubes de troca, ARLAS<sup>4</sup> e essa questão do meio ambiente também era uma questão de educação. Fizemos mutirão para plantar árvore, tirar lixo, tava muito sujo. O rio aqui em baixo tá muito sujo (morador 2).

As lideranças constituíram parcerias com universidades, captaram novos recursos e inauguraram um espaço coletivo para o grupo de produção e atividades comunitárias no final de 2006.

Esse é um aspecto importante: os resultados não ficam restritos ao tempo do programa quando ele atua com perspectivas emancipatórias e sustentáveis, pois não são previstos apenas para curto prazo, conforme pode ser observado no quadro abaixo, que inclui a continuidade dos impactos até o ano de 2006.

Tipo de Riqueza <sup>5</sup>	Conceitos	Indicadores
Econômica	Controle e gestão dos recursos produtivos e dos resultados do seu próprio trabalho (acesso a crédito, acesso ao mercado, direito ao trabalho, constituição de empresas ou cooperativas).	<p><b>Operacionais:</b> criação do clube de trocas solidárias, cooperativas e rede de empreendimentos.</p> <p><b>De efetividade:</b> produção e oferta de produtos e serviço de forma individual ou coletiva; comercialização nas feiras dentro e fora da comunidade; emissão e gestão da moeda social; satisfação de necessidades de subsistência dos indivíduos e suas famílias; incentivo ao desenvolvimento econômico local; aumento da qualidade e diversificação dos produtos e serviços oferecidos e consumidos na comunidade; fortalecimento das cooperativas da comunidade; fomento à criação de novos grupos de produção.</p> <p><b>CHA<sup>6</sup>:</b> Capacidade gestora e empreendedorismo econômico.</p>
	União das pessoas e da comunidade sob a forma de redes e teias	<p><b>Operacionais:</b> participação nas diversas atividades locais: DRUEP, reuniões e capacitações.</p> <p><b>De efetividade:</b> fortalecimento dos laços sociais entre os integrantes pela convivência no grupo; exercício de convívio e respeito às diferenças; aproximação entre produtores e consumidores; ampliação</p>

<sup>4</sup> Associação de Recicladoras Amigas Solidárias, uma organização popular que se formou no bairro nesse período.

<sup>5</sup> Não utilizamos o termo “capital” propositadamente, como forma de tenta “descapitalizar” a noção da produção simbólica e material de novos patrimônios voltados para um desenvolvimento sustentável e solidário.

<sup>6</sup> “CHA” é sigla utilizada para definição da tríade composta por conhecimento-habilidade-atitude em referência às três dimensões da competência na formação do cidadão (teórica, técnica e ética).

<b>Social</b>	cooperativadas de trocas de bens, serviços, idéias, favores, gestos de desprendimento e de partilha.	de rede de relacionamentos através do ingresso de pessoas nas capacitações; exercício de processos de mútua ajuda e troca de favores, como: ensinar receitas e cuidar das crianças; identificação das necessidades de toda comunidade; necessidade de convivência e de ajuda mútua para levar adiante o processo coletivo de constituição do clube e realização das feiras; exercício de relações solidárias através da aprendizagem de trocas que não visam o lucro. <b>CHA:</b> gestão participativa e democrática.
<b>Política</b>	Organização coletiva em busca da garantia de direitos e de oportunidades.	<b>Operacionais:</b> participação no OP, Fórum Metropolitano da Sub-bacia do Arroio Sapucaia, conselhos de direitos, movimentos da economia solidária e ambientais. <b>De efetividade:</b> exercício de liderança democrática; enfrentamento de disputas políticas internas; exercício de resolução alternativa de conflitos; ampliação da capacidade de pressão política frente ao poder municipal e outras organizações; aumento da conscientização de direitos. <b>CHA:</b> capacidade de organização coletiva
<b>Humana</b>	Acesso à escolaridade formal, cursos, experiência profissional, saúde física e mental, auto-estima, exercício de habilidades e talentos.	<b>Operacionais:</b> participação em cursos de formação de lideranças, de economia solidária, multiplicadores do DRUEP. <b>De efetividade:</b> retorno à escolarização; exercício de superação da cultura do empregado para a de autonomia e autogestão; aumento da auto-estima; aprendizagem de correr riscos e inovar; desenvolvimento das habilidades artísticas; resgate da identidade (de “papeleiras ou lixeiras” para “trabalhadoras e recicladoras”) frente à comunidade; busca de tratamentos à saúde; aumento da preocupação com a memória e história: fotografam e filmam as ações e eventos. <b>CHA:</b> auto-organização

O que se constatou neste trabalho foi algo impactante: processos emancipatórios não são desencadeados exclusiva ou prioritariamente por recursos materiais e financeiros capazes de prover estruturas econômicas; eles são constituídos e consolidados por recursos imateriais, simbólicos, pelo resgate de saberes da população e pela crença na sua capacidade.

Para tanto, foi necessário proceder ao debate teórico e epistemológico capaz de definir e reconceituar duas categorias centrais da pesquisa, questão social e emancipação, a partir do referencial de Boaventura de Sousa Santos. Categorias essas, aliás, bastante utilizadas no discurso das políticas sociais e que tem sofrido mudanças em seus significados frente aos contextos de rápidos avanços sociais e acadêmicos.

No tocante à questão social, compreendemos que a pobreza não advém apenas de expressões da questão social entendida como a relação entre capital e trabalho através da desigualdade que gera

na produção, apropriação e distribuição de riquezas. A emergência da dimensão do conhecimento e reconhecimento na prática social nos conduziu ao que Santos como a dimensão epistemológica da questão social, compreendida como o colonialismo (relação desigual entre Norte e Sul). O Norte, sociologicamente falando, é o saber da ciência, muitas vezes representado pelos técnicos, em contraposição aos saberes da população considerados primitivos, mistificadores e locais. Técnicos podem muitas vezes produzir formas neocolonialistas de relação com a população ao decidir unilateralmente as prioridades e controlar a execução das ações. Descapitalizar as práticas rumo a um desenvolvimento mais sustentável é também descolonizar as formas de relação entre técnicos e usuários. A análise teórica foi desenvolvida a partir da sociologia das ausências e das emergências de Santos.

A emancipação social também foi revista, não como um projeto emancipatório a priori e protagonizado por um determinado segmento social privilegiado, mas como a pluralização das pautas de luta e dos atores sociais, a valorização da subjetividade e a revitalização das experiências locais. A emancipação redefinida permitiu não sucumbirmos a propostas subjetivistas de que basta cada um fazer sua parte, tampouco nos abatermos pelo imobilismo de que nada se pode fazer, tudo seria residual.

Historicamente, a superação da pobreza tem ficado a cargo da política social, imprescindível, mas incapaz de, isoladamente, atuar em causas estruturais do processo de pauperização e de exclusão social. Ações consideradas emancipatórias poderiam ser alavancadas por políticas da área do trabalho e do desenvolvimento, mas é comum que essas exijam graus de organização e autogestão que grupos mais vulnerabilizados não conseguem atender, sendo imprescindível, nesse caso, o trabalho da política de assistência social.

Assistir ou emancipar? O conhecimento da realidade das comunidades empobrecidas mostrou que as demandas são complexas e heterogêneas, exigindo um conjunto diversificado de ações e políticas. Assistir e emancipar deixam de se constituir em ações contraditórias e passam a ser processos indissociáveis; trata-se de assistir emancipando e emancipar assistindo.

#### Referências:

- FERRARINI, Adriane Vieira. **Pobreza: a possibilidade de construção de políticas emancipatórias.** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente - contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** Volume 1: São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências'** revisitado. Lisboa: Afrontamento, 2003.